



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI Nº

DISPÕE SOBRE AS REGRAS APLICÁVEIS AO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. A concessão do auxílio-alimentação regulado por esta Lei destina-se a todos os servidores da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, sejam eles ocupantes de cargos de provimento efetivo ou de cargo de provimento em comissão.

Art. 2º. O auxílio-alimentação concedido não tem natureza salarial, não podendo ser:

I – incorporado ao vencimento, remuneração, provento, pensão ou vantagens para quaisquer efeitos;

II – caracterizado como salário utilidade ou prestação In Natura;

III – configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para a seguridade social; e

IV – incluído no cálculo do teto remuneratório

Art. 3º. Ressalvadas as hipóteses do artigo 5º desta Lei, todos os servidores ativos com vínculo com esta Câmara Municipal têm direito ao auxílio-alimentação.

§ 1º - O benefício destina-se à complementação alimentar dos servidores e será pago por meio de crédito do valor do auxílio-alimentação em cartão eletrônico fornecido por empresa contratada para este fim;

§ 2º - O crédito do benefício será no valor mensal fixado nesta Lei, descontando-se do servidor o valor correspondente aos dias em que ausentar-se injustificadamente ao trabalho.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 3º - O pagamento do auxílio-alimentação é devido a partir da data inicial do exercício no cargo independente de solicitação.

Art. 4º – O valor do auxílio-alimentação, destinado a todos os servidores da Câmara Municipal, ocupantes de cargos de provimento efetivo ou de cargo de provimento em comissão, será de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

Parágrafo único - O valor do auxílio-alimentação será reajustado, por Portaria da Presidência, no mês de janeiro de cada ano, de acordo com a variação do IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços do Mercado / Fundação Getúlio Vargas), acumulada nos doze meses do último exercício (Janeiro a dezembro) anterior ao reajuste.

Art. 5º. O auxílio-alimentação não será concedido ao servidor nas seguintes hipóteses:

I – licença por motivo de doença em pessoa da família;

II – licença para serviço militar obrigatório;

III – licença para trato de interesses particulares;

IV – licença por motivo de afastamento do cônjuge, servidor civil ou militar;

V – licença para campanha eleitoral;

VI – licença para desempenho de mandato em cargo de direção em Sindicato ou Associação de classe representante de servidores públicos municipal;

VII - afastamento preventivo, em processo administrativo disciplinar;

VIII - afastamento decorrente de aplicação de penalidade em sindicância ou processo administrativo disciplinar;

IX - ausência ao trabalho por força de prisão cautelar, provisória ou por cumprimento de pena condenatória;

Parágrafo único - O servidor perderá o direito ao auxílio-alimentação a contar do dia subsequente àquele da concessão da aposentadoria ou quando cessado o vínculo funcional com a Câmara Municipal.

Art. 6º. Nos casos de cessão de servidor é vedado o recebimento do benefício desta Lei cumulativamente com auxílio-alimentação de outro órgão, caso em que o servidor poderá fazer a opção pelo auxílio-alimentação prestado por esta Casa, mediante requerimento contendo declaração daquele órgão cedente de que houve a interrupção do fornecimento do benefício, ou declaração daquele órgão para onde foi cedido de que não receberá o mesmo benefício em seu âmbito.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas à Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 8º. Os casos omissos serão encaminhados à Presidência da CMCI para a devida análise e decisão, observando-se as conveniências e os interesses da administração.

Art.9º. Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente à sua publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 10. Revogam-se a Lei 7.570, de 26 de junho de 2018, e demais disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 15 de agosto de 2019.

ALEXON SOARES CIPRIANO
Presidente

ELY ESCARPINI
Vice-Presidente

ELIO CARLOS MIRANDA
1º Secretário

SILVIO COELHO
2º Secretário

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre as regras aplicáveis ao auxílio alimentação concedido aos servidores da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Ressalta-se que referida normatização é necessária haja vista que a Administração deve sempre buscar o aperfeiçoamento de suas normas e rotinas, especialmente no que tange à saúde do trabalhador, em consonância, no caso, com o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 15 de agosto de 2019.

ALEXON SOARES CIPRIANO
Presidente

ELY ESCARPINI
Vice-Presidente

ELIO CARLOS MIRANDA
1º Secretário

SILVIO COELHO
2º Secretário

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o valor previsto para o auxílio-alimentação proposto no presente projeto tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do Art. 16, II, da lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000.

Cachoeiro de Itapemirim, 15 de agosto de 2019.

Alexon Soares Cipriano
Presidente

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IMPACTO FINANCEIRO – 2019

VALOR DO REPASSE 2019 – R\$ 15.901.121,65

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (Dotação Orçamentária 33904601)

DESCRIÇÃO ATUAL	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
Vale Alimentação – Servidor Efetivo	R\$ 900,00	39	R\$ 35.100,00
Vale Alimentação – Servidor em Comissão	R\$ 750,00	148	R\$ 111.000,00
TOTAIS		187	R\$ 146.100,00

Vale Alimentação – Vr. Mensal	R\$ 146.100,00
Vale alimentação – Vr. Anual	R\$ 1.753.200,00

PROPOSTA - PROJETO DE LEI

PROPOSTA PROJETO DE LEI	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
Vale Alimentação – Servidor Efetivo	R\$ 960,00	39	R\$ 37.440,00
Vale Alimentação – Servidor em Comissão	R\$ 960,00	148	R\$ 142.080,00
TOTAIS		187	R\$ 179.520,00

Vale Alimentação – Vr. Mensal	R\$ 179.520,00
Vale alimentação – Vr. Anual	R\$ 2.154.240,00

IMPACTOS – PROJETO DE LEI

Impacto Mensal	R\$ 33.420,00
Impacto Exercício 2019 (outubro a dezembro)	R\$ 100.260,00
Impacto Exercício 2020	R\$ 401.040,00
Impacto Exercício 2021	R\$ 401.040,00

Obs: Valores projetados a partir do processo de pagamento do Auxílio Alimentação mês 07/2019

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 15 de agosto de 2019

Rafael Macedo Batista
Diretor Contábil
CRC/ES 016165
“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”